

Unidades Judiciárias de São Luís começaram a utilizar sistema PJe 2.0

A Presidência, Gabinetes, Varas do Trabalho, Secretaria Judiciária e Secretaria do Pleno estão utilizando a versão 2.0 do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe). A nova versão, também conhecida como KZ, apresenta um visual mais prático e dinâmico, tornando a navegação mais ágil, com redução do número de cliques e menor tempo de resposta do sistema, além de ter a possibilidade de customizar a ferramenta de acordo com preferências e necessidades. O treinamento e implantação da nova versão para as Varas do interior estão previstos para novembro.



Rede sem fio é disponibilizada em Varas do Trabalho do Interior

A CTIC concluiu a implantação da rede sem fio em todas as Varas do interior. A rede permite acesso aos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário e demais entidades de caráter público, tais como sistemas de Tribunais, PJe, DETRANs e Receita Federal. O projeto visa a atender à Resolução CNJ 211/2015, que prevê a disponibilização de uma "rede sem fio para a promoção dos serviços ofertados aos usuários e respeitando a política de segurança da informação de cada órgão, sempre que possível."



Tribunal adota suíte de aplicativos do Google

A plataforma do Google "G Suite" foi implantada na infraestrutura de TI para colaboradores do Tribunal. A principal mudança está relacionada ao acesso do e-mail institucional, que agora se dá pelo Gmail, no lugar do Zimbra. Além disso, todos os produtos do Google estão disponíveis, como Agenda, Drive, Docs, Maps, Hangouts etc. Ao substituir os antigos serviços pela computação em nuvem, o Tribunal aprimora a segurança, aumenta a qualidade nos serviços, simplifica o gerenciamento dos produtos e racionaliza recursos técnicos e financeiros, pois investimentos em equipamentos, softwares e armazenamento deixam de ser necessários.



Justiça do Trabalho no Maranhão adota o LibreOffice como suíte de escritório

O [Ato Regulamentar do Gabinete da Presidência nº 7/2018](#), determinou a adoção do aplicativo LibreOffice como padrão de suíte de escritório no âmbito de toda a Justiça do Trabalho no Maranhão, em cumprimento à política governamental de adoção de programas com código aberto pela Administração Pública. Segundo a portaria, caberá à CTIC a substituição do Microsoft Office pelo aplicativo LibreOffice nas estações do Tribunal no prazo de 6 meses.

